



**Miguel Poiares Maduro**

**Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional**

**“Cerimónia de Tomada de Posse da Presidente da  
CCDR Centro”**

**CCDR Centro**

**Coimbra, 26 de Maio de 2014**



Exmo. Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional,

Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ambiente,

Exma. Senhora Presidente da CCDR Centro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras palavras hoje são de saudação à Professora Doutora Ana Abrunhosa, que toma posse do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região (CCDR) Centro.

Expresso também nesta ocasião o meu agradecimento ao Professor Doutor Pedro Saraiva, pela dedicação e pelo excelente trabalho que realizou no desempenho destas funções.

Gostaria de desejar à Professora Ana Abrunhosa os maiores sucessos e saudá-la pelo empenho em responder aos desafios que as suas novas responsabilidades comportam.

Estou certo que a vocação do estudo, que tem marcado a vida profissional da Professora Ana Abrunhosa, a par da sua experiência passada em múltiplas funções em organizações e projetos associados ao desenvolvimento e à economia regional, designadamente em funções dirigentes na CCDR Centro, são qualidades que a recomendam para o cargo que agora assume e que muito beneficiarão a instituição que liderará.



Há que reconhecer que nos últimos anos as CCDR passaram a estar muito orientadas para a gestão dos fundos europeus de natureza regional. Isso afectou, nalguma medida, o seu trabalho de estudar e planear, conhecer e integrar políticas públicas. Importa notar, no entanto, que estas duas dimensões do trabalho das CCDRs são ambas fundamentais e não podem, aliás, ser vistas de forma independente uma da outra. Bem pelo contrário.

Temos assim que voltar aos fundamentos que estiveram na origem da criação das CCDR: estudar, implementar e avaliar o impacto territorial das políticas públicas; elaborar e implementar estratégias de desenvolvimento de âmbito regional com base nas potencialidades, nos recursos e nas ambições regionais e sub-regionais; e, por fim, identificar os projetos que as concretizem.

Os fundos europeus devem ser vistos, neste contexto, como o instrumento fundamental para potenciar essa estratégia e essa ambição.

Para o Governo, a ação das CCDRs reveste-se assim da maior importância. É disso reflexo a sua integração na Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito da sua nova Lei Orgânica, aprovada pelo atual Governo.

As CCDRs são o principal interface entre a Administração Central e o território, onde os municípios assumem uma importância primordial.

O respeito pelo municipalismo, pilar essencial da organização do Estado e reflexo do pluralismo político-partidário que define a nossa democracia, impõe uma marca de estrita independência partidária à ação das CCDRs, marca que, estou certo, definirá o desempenho da CCDR Centro, sob a direção da Professora Ana Abrunhosa.



A ligação das CCDRs aos municípios, através do seu acompanhamento e apoio constantes são traços fortíssimos da tradição das CCDRs. É necessário manter esta postura de grande respeito e atenção devida aos legítimos representantes dos órgãos do poder local, em particular os seus presidentes de câmara, salvaguardando a independência técnica das CCDRs.

O momento em que a Professora Doutora Ana Abrunhosa assume as suas novas funções é um momento particularmente importante para o país e com reflexos no domínio do desenvolvimento territorial.

Está à vista o final de um quadro plurianual de fundos europeus, e os desafios de futuro do país requerem de todos nós esforços redobrados.

O regresso a elevados níveis de investimento reveste-se de importância crucial na atual conjuntura. Apressar a realização de projetos com fundos já comprometidos mas ainda não executados será um contributo muito valioso para estimular o crescimento económico.

Fomos dos primeiros países a submeter à Comissão Europeia o Acordo de Parceria para o novo quadro de programação de fundos, Portugal 2020, e esperamos assim poder, ainda este ano, começar a canalizar fundos para a economia portuguesa.

Permitam-me que elabore convosco algumas das linhas-mestras sobre o assunto.



Os fundos estruturais serão, nos próximos anos, entre 2014 e 2020, o essencial do que este Governo, qualquer Governo, disporá para apoiar o desenvolvimento do País e a correção das assimetrias regionais que teimam em persistir.

Temos bem presente o facto de o arranque do próximo ciclo de programação Portugal 2020 vir a coincidir com a nova fase que se abre à economia e à sociedade portuguesa, após termos concluído com sucesso um duro programa ajustamento nos últimos três anos.

Ao Portugal 2020 é conferido um papel instrumental essencial na transição para um quadro de financiamento da economia portuguesa normalizado, onde os recursos são escassos, o regresso ao défice externo nos está vedado e o investimento é crucial para que a economia retome uma trajetória de crescimento sustentado, invertendo a tendência de estagnação e divergência iniciada em 2000.

Não nos restam dúvidas que hoje o principal défice do País não é um défice de infraestruturas, mas de competitividade, pelo que o primeiro objectivo que definimos para os fundos será a dinamização de uma economia aberta ao exterior, capaz de gerar riqueza de maneira sustentada, prologando e intensificando a abertura realizada nestes últimos três anos.

Privilegiaremos, assim, o apoio à aceleração da mudança de perfil de especialização da atividade produtiva para o sector dos bens e serviços transacionáveis, isto é, bens e serviços exportáveis ou susceptíveis de substituir importações.



A Competitividade e Internacionalização que ambicionamos para a economia portuguesa é indissociável de outro grande objetivo e eixo temático do próximo ciclo de programação de fundos, o fomento do Capital Humano.

Neste domínio, além das necessidades do Estado no âmbito da modernização administrativa, atentaremos às necessidades da economia e da sociedade como um todo, promovendo a mudança para um novo perfil de especialização.

Precisamos de melhorar os níveis de rendimento escolar da população. Neste domínio, a região centro revela, em alguns indicadores, uma situação melhor que a média nacional, como seja uma menor taxa de abandono escolar.

Mas precisamos de ir mais longe.

Queremos uma economia mais competitiva, tendo na melhoria da qualificação da nossa população um dos pilares fundamentais para promover esse objetivo, mas queremos um país social e territorialmente mais coeso também.

Sem competitividade a coesão não é viável nem sustentável, mas a coesão também não surge espontaneamente da competitividade.

Não é por acaso que este é o primeiro ciclo de programação onde há um programa temático com a palavra «social»: Inclusão Social e Emprego.



O desemprego começou já a baixar. É, aliás, menor na região centro que na média nacional, mas permanece em níveis muito elevados. Além disso, o desemprego estrutural, é muito elevado. Este desemprego resulta de um desfasamento tendencialmente persistente entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, produto de alterações profundas no perfil da economia e insusceptível de ser simplesmente reabsorvido pela retoma da atividade económica. Combater este flagelo é um imperativo da coesão social, mas também do simples cálculo económico: nenhuma sociedade prospera se uma parte significativa da sua população estiver presa à inatividade fora do tempo.

Quando afirmamos o nosso desejo de orientar as políticas públicas, e esse seu instrumento fundamental, que são os fundos europeus, para o reforço da coesão incluímos nesta dimensão a também coesão territorial.

No momento em que a economia dá passos seguros no sentido da retoma e se desenham mudanças estruturais de fundo, é essencial acautelar que o desenvolvimento futuro se faz beneficiando do todo territorial português e para benefício desse todo territorial. Não pode haver um Portugal a duas velocidades. Nem existirá verdadeira competitividade se desperdiçarmos recursos de partes do nosso território.

Os resultados decepcionantes dos últimos anos devem fazer-nos refletir sobre a forma como combatemos as assimetrias regionais. Houve investimento mas nem sempre ele esteve associado a políticas públicas eficazes no combate às assimetrias regionais. A região centro tem hoje ainda um PIB *per capita* que é 82% da média nacional e 63% da média europeia. São valores que nos dão que pensar sobre o muito que temos que fazer para termos um país mais próspero e com mais igualdade de oportunidades.



Comecei por dizer que sem competitividade não há coesão, designadamente coesão territorial. Gostaria agora de salientar o reverso da medalha: a competitividade depende da nossa capacidade para potenciar e acrescentar valor a todos os recursos de todo o nosso território. Isto é particularmente relevante para enfrentar o pesado défice de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

O território e aquilo que ele tem de tendencialmente único pode e deve ser uma alavanca da competitividade, se devidamente valorizado. Para que isso aconteça, é decisivo associar conhecimento e território. Tradição e inovação, por exemplo, não estão necessariamente em tensão como por vezes se julga. Penso, pelo contrário, que é da sua íntima associação que muitas vezes acharemos a saída para a superação das pesadas assimetrias regionais que persistem.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não basta, no entanto, identificar os problemas e dirigir os fundos para a sua resolução. É fundamental, igualmente, olhar para esses problemas de forma diferente e capacitar, no terreno, os atores que os podem resolver.

Esforçar-nos-emos para que os fundos sejam um incentivo à mudança de culturas institucionais, tanto entre agentes e organizações da administração pública como entre privados.





Ao nível central, não vamos escolher áreas ou sectores em abstracto. Nenhum Governo se pode substituir à massa crítica de todos os cidadãos e agentes económicos na identificação de boas ideias de negócio e bons projetos.

Não é o financiamento do Estado que deve ser a origem da ideia de negócio, mas são as boas ideias de negócio e os bons projetos, nascidos na sociedade, que devem merecer o financiamento público. É, portanto, com grande expectativa que esperamos os resultados transformadores das estratégias de especialização inteligente elaboradas pelas CCDR, com o envolvimento de todos os atores territoriais relevantes.

Vamos também incentivar uma lógica de plurifundos, isto é, integrá-los tanto quanto possível, na óptica dos projetos a financiar, e não na perspectiva do fundo comunitário de onde procede a verba.

Iremos favorecer o financiamento reembolsável, por comparação com o financiamento a fundo perdido. Mas não perdemos de vista que estamos num quadro competitivo internacional de oferta de fundos, e não deixaremos que boas ideias se desloquem para outras paragens, porque as condições de financiamento são mais favoráveis.

Mudamos prioridades e mudamos filosofias de governação. Financiaremos em função dos resultados e não dos meios. Dou um exemplo: na formação, o critério será a empregabilidade do formando e não a ação de formação. Vamos, em suma, contratualizar objetivos.

São estas algumas das grandes linhas de atuação para os próximos anos no domínio dos fundos europeus e da sua relação com o desenvolvimento regional.



Confio em que receberemos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro o maior empenho na superação dos grandes desafios nacionais que temos pela frente.

O Centro do país é uma região com um imenso potencial exportador e, portanto, especialmente bem colocada para tirar o máximo de partido do próximo quadro plurianual de fundos europeus.

Temos as melhores razões para esperar que Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro estará, sob a presidência do Professora Doutora Ana Abrunhosa, à altura da plena concretização dessas potencialidades.

*(prevalece versão oral)*